

Nota 1 - No item "Obrigações Patronais", incluem-se os valores dos elementos de despesa 07- Contribuição patronal a entidade de previdência privada e 13 - Obrigações Patronais (RPPS e RGPS).

Nota 2 - Nas deduções, não foram excluídas as despesas decorrentes de decisão judicial de fontes não vinculadas, em razão de dificuldades operacionais na apuração das competências, o que impossibilitou a exclusão das parcelas porventura existentes de períodos anteriores ao de referência.

Nota 3 - Inconsistência no Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre de 2018, tendo em vista a inclusão indevida dos Restos a Pagar Não Processados REINSCRITOS, o que gerou as seguintes diferenças:

Despesa Bruta com Pessoal/ Pessoal Ativo/Vencimentos, Vantagens e outras Despesas Variáveis publicada a maior em R\$ 17.515,65;

Despesas não computadas no item "Despesas de Exercícios Anteriores" publicada a maior em R\$ 13.030,97.

Os novos valores dos dados que foram afetados são:

a) Restos a Pagar Não Processados Bruto R\$ 9.163.049,33;

b) Restos a Pagar Não Processados Ativo R\$ 8.674.399,06;

c) Dedução Restos a Pagar Não Processados item "deduções - despesas exercícios anteriores" R\$ 1.111.437,27;

d) Total Deduções de Restos a Pagar Não Processados R\$ 1.119.792,08;

e) Restos a Pagar Não Processados Líquido R\$ 8.043.257,25;

f) Total Despesa Bruta com Pessoal (somada a despesa últimos 12 meses ao Restos a Pagar Não Processados Inscrito) R\$ 1.803.053.209,90;

g) Total deduções (somada a despesa últimos 12 meses ao Restos a Pagar Não Processados Inscrito) R\$ 201.758.332,43;

h) Despesa Líquida com Pessoal (somada a despesa últimos 12 meses ao Restos a Pagar Não Processados Inscrito) R\$ 1.601.294.877,47.

Dada a pequena diferença, não ocorreu alteração do percentual sobre a Receita Corrente Líquida que foi publicado.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 4ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

	R\$ 1,00
DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.871.635.355,34
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	215.991.491,86
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.655.643.863,48

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	818.616.620.128,93
-------------------------------------	--------------------

% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,202249%
---------------------------------------------------------------------	-----------

	% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO/1		
LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,224524%	1.837.990.780,18
Resol CNJ 5/2005	0,224305%	1.836.198.009,78
Resol CNJ 26/2006	0306402%	2.508.257.696,41
Resol CNJ 177/2013	0,305833%	2.503.599.767,84

Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST-CSJT/2015 \3--

Nota¹: A partir de 3º Quadrimestre de 2011 por força do Acórdão Nº 3244/2011 - TCU - Plenário, cada Tribunal Regional Federal passou a publicar o seu Relatório de Gestão Fiscal e os limites foram individualizados por Tribunal, sendo que, em período anterior, o Conselho da Justiça Federal - CJF publicava o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal, consolidando todos os Tribunais Regionais Federais e CJF com limite único para toda a Justiça Federal.

Nota²: Limite de 0,224524% original do órgão, definido anteriormente à criação do CNJ e registrado no Proc. Adm. SIGED nº 2001160727.

WOLFGANG STRIEBEL
Diretora da Secretaria de Controle Interno

ROBERTO CAPELETI
Diretora de Orçamento, Finanças e Contabilidade

MAGDA LUCIA SCHEUNEMANN CIDADE
Diretora-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PORTARIA N° 443, DE 20 DE MAIO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte referente ao primeiro quadrimestre de 2019, constante dos anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)	R\$ 1,00			
	(Últimos 12 meses)																
	LIQUIDADAS																
	Mai/2018	Jun/2018	Jul/2018	Ago/2018	Set/2018	Out/18	Nov/2018	Dez/20/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)				
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.917.762,68	14.850.108,65	14.871.210,05	15.662.983,28	15.111.737,72	20.991.308,60	28.164.176,15	19.489.527,73	21.910.004,12	16.487.455,57	16.462.254,34	16.360.051,13	215.278.580,02	-			
Pessoal Ativo	12.081.841,42	11.893.473,19	12.006.632,65	12.702.222,46	12.179.571,66	18.148.813,47	23.763.862,31	16.058.406,09	17.332.392,65	13.386.855,35	13.392.252,30	13.291.809,76	176.238.133,31	-			
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.353.895,35	10.143.474,69	10.244.011,25	10.928.450,13	10.406.161,96	16.342.514,76	20.089.569,80	14.162.596,04	15.431.454,73	11.476.141,08	11.457.210,07	11.387.025,59	152.422.505,45	-			
Obrigações Patronais	1.727.946,07	1.749.998,50	1.762.621,40	1.773.772,33	1.773.409,70	1.806.298,71	3.674.292,51	1.895.810,05	1.900.937,92	1.910.714,27	1.935.042,23	1.904.784,17	23.815.627,86	-			



